

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 371 - Brasília, quinta-feira, 12 de dezembro 1996



O plenário do Senado reuniu-se pela manhã, quando deliberou sobre projetos, e à tarde, para ouvir Nelson Jobim

Empresas terão de promover alfabetização de funcionários

Senado aprova a criação do programa que vai permitir a educação do empregado no próprio local de trabalho, em uma parceria do setor produtivo com o governo

Jobim debate com senadores despejo de garimpeiros

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, explicou ontem que o envio de tropas federais ao Pará, para realizar o despejo de garimpeiros que ocupavam área em Serra Pelada, deu-se em estrito cumprimento a ordem judicial. Jobim foi interpelado por diversos senadores. **Páginas 4 a 6**

Congresso aprova MPs em sessão noturna

Senadores e deputados reuniram-se ontem à noite em sessão do Congresso Nacional para votar medidas provisórias e projetos de lei. A primeira MP aprovada e que agora vai a promulgação foi a de nº 1.529/96, que prevê o pagamento com sub-rogação, pela União, de dívidas da Rede Ferroviária Federal junto ao INSS.

A segunda MP votada, a de nº 1.471, institui a taxa de juros de longo prazo (TJLP). Foi relatada pelo senador Romero Jucá (PFL-RR), com parecer pela manutenção do texto original.

Em seguida, o Congresso aprovou a MP nº 1.472/96, que

dispõe sobre os quadros de cargos DAS da Advocacia Geral da União e do Ministério da Fazenda. Aprovou também a MP nº 1.474/96, que fixa critérios para a implementação da isonomia. O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) foi o relator e apresentou parecer contra todas as emendas.

Por sugestão do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), o Congresso votou em seguida substitutivo a projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao orçamento da seguridade social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar de R\$ 76,1 milhões.

Empresas e órgãos públicos com mais de 100 empregados analfabetos terão de patrocinar a alfabetização de adultos no próprio local de trabalho. A criação do programa está prevista em projeto aprovado ontem pelo Senado. A proposta, que agora será encaminhada à sanção presidencial, prevê a seleção, o treinamento de monitores e o acompanhamento do processo pedagógico a cargo do governo. A relatora da matéria, senadora Benedita da Silva, destacou a importância da articulação do Estado com o setor produtivo no combate ao analfabetismo, que atinge 15 milhões de adultos. **Página 3**

Diretores do BC depõem na CPI dos Títulos Públicos

Página 7

Senado lança CD-ROM sobre Teotônio

Evento hoje, às 12 horas, em homenagem ao ex-senador alagoano, inclui o lançamento de livro sobre sua trajetória política, exposição fotográfica e apresentação do Coral da Casa

Em solenidade a ser realizada hoje, às 12h, no Salão Negro do Congresso Nacional, com a presença do presidente José Sarney, será lançado um CD-ROM e um livro sobre o ex-senador alagoano Teotônio Vilela, o primeiro homenageado da série "Grandes Vultos que Honraram o Senado Federal".

Na abertura da cerimônia, o Coral do Senado interpretará a música *Menestrel das Alagoas*, de Milton Nascimento e Fernando Brant. Uma exposição fotográfica sobre a trajetória do ex-senador será montada no local.

Esse CD-ROM sobre Teotônio Vilela é o primeiro multimídia produzido pelo Senado

- utiliza todos os recursos de mídia, como vídeo, texto, fotografia, discurso, movimento, música, locução. A princípio, os nomes escolhidos para a série seriam homenageados apenas com um livro, elaborado em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mas decidiu-se fazer também um CD-ROM, como explicou o coordenador do projeto,

Valdir Peixoto, da Coordenação de Informática - Setor de Análise e Manutenção do Prodasen. Dividido em sete módulos, o disco aborda os seguintes temas: "Homem das Alagoas",

"Teotônio Tribuno", "Teotônio nas Ruas", "Tributo a Teotônio", "Homem Público", "Combate na Imprensa" e "Vidas Cruzadas" - este último trata do relacionamento do ex-senador com personalidades políticas, como os ex-deputados Ulysses Guimarães e Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-presidente da República Ernesto Geisel e o ex-senador Pe-

trônio Portella. O projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Documentação e Informação (SDI), por sua Subsecretaria de Análise, e dele participaram dez técnicos do Prodasen, inclusive uma

equipe de arte. Trabalharam na elaboração do livro as Subsecretarias de Biblioteca, de Arquivo e de Edições Técnicas, da SDI.

Segundo a diretora dessa secretaria, Maria de Nazaré Pinheiro Carneiro, o CD-ROM não será comercializado, mas doado aos senadores, a órgãos governamentais, como Presidência da República, ministérios, tribunais superiores, Câmara dos Deputados, governo do Distrito Federal, Câmara Legislativa do DF e assembleias legislativas, e a 147 bibliotecas conveniadas ou em rede com a Biblioteca do Senado. Segundo a diretora, também deverão ser doados exemplares do CD-ROM a escolas.

Ex-senador inaugura série que lembra grandes senadores

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h30 - Preside sessão deliberativa extraordinária do Senado

12h - Participa do lançamento do livro *Teotônio Vilela*, primeiro número da série "Grandes Vultos que Honraram o Senado", e do CR-ROM sobre o perfil do ex-senador. *Salão Negro do Congresso Nacional*

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

10h30 - Sessão deliberativa extraordinária do Senado

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: ***Projeto de Resolução nº 117/96**, que autoriza o município de São José do Rio Pardo (SP) a contratar operação de crédito junto ao Instituto Municipal de Previdência (IMP), no valor de R\$ 1,8 milhão; ***PLC nº 65/96**, que dispõe sobre a vacinação contra febre aftosa, altera o Regulamento do Serviço de Defesa Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548/34 e a Lei nº 569/48; ***Substitutivo da Câmara ao PLS nº 6/95**, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento; ***Projeto de Resolução nº 113/96**, que fixa alíquota para cobrança do ICMS; e ***PLC nº 66/96**, que autoriza a Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás a participar do capital social de empresa privada com sede no exterior.

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 191/96**, que altera a redação da Lei nº 8.031/90, para facultar ao Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, excluir empresa do Programa Nacional de Desestatização; ***PLS nº 79/95**, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação; e ***PLS nº 258/95**, que cria área de livre comércio em Brasília - DF.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PEC nº 44/95**, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; ***PLS nº 84/95**, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos). *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: ***PLS nº 34/96**, que altera a Lei nº 6.088/74; e ***PLS nº 20/95 (não terminativo)**, que institui o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas; **tramitação conjunta com o PLC nº 72/93**, que dispõe sobre

o plantio de árvores ao longo das rodovias e ferrovias. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1504-9/96, que dispõe sobre a emissão de NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A.

Pauta: Instalação. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1496-24/96, que cria Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Vão

Pauta: Instalação. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho*

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 136/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; e ***PLS nº 180/95 (terminativo)**, que altera a redação da letra a do art. 75 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão Especial Temporária destinada a estudar a Reforma Política-Partidária

Pauta: Apreciação do relatório preliminar. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão Temporária destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia

Pauta: Explanções do secretário de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal, José Seixas Lourenço. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1514-04/96, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária.

Pauta: Instalação. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho*

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1501-16/96, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM.

Pauta: Instalação. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho*

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1490-16/96, que dispõe sobre o cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais.

Pauta: Instalação. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

Aprovado Programa de Alfabetização de Adultos

Ele será desenvolvido em empresas e órgãos públicos com mais de 100 empregados analfabetos. Empregador pagará despesas e governo fará acompanhamento pedagógico



Romeu Tuma

Tuma: Ensino no Brasil precisa ser remodelado

Ao comentar relatório elaborado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse ontem, em plenário, que o ensino brasileiro precisa ser remodelado. O senador cumprimentou o Ministério da Educação pela iniciativa que, a seu ver, teve o mérito de comprovar e dimensionar técnica e metodologicamente as deficiências do ensino brasileiro, especialmente as do ensino médio.

- De acordo com o relatório do MEC, os estudantes da região Norte que cursam a terceira série do segundo grau tiveram desempenho semelhante ao dos alunos da região Sudeste que estão concluindo o primeiro grau. Os do Nordeste, nem isso. Seus resultados foram inferiores aos obtidos pelos estudantes de primeiro grau do Sul e do Sudeste - frisou.

Segundo Tuma, as deficiências do ensino médio começam no ensino fundamental. "Embora a educação de primeiro grau seja menos caótica que a do segundo, é evidente que o aluno, se não tiver boa base, dificilmente compensará suas dificuldades nas etapas seguintes. A melhoria do ensino de primeiro grau, que parece estar ocorrendo, é o primeiro passo para se obter melhor rendimento no segundo grau."

Projeto de lei que cria o Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos, a ser desenvolvido em empresas e órgãos públicos com mais de 100 empregados analfabetos, foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. A matéria, já apreciada pela Câmara, vai agora à sanção.

A proposição foi relatada em plenário pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), em substituição à Comissão de Educação, devido ao caráter de urgência para sua votação. Segundo o proje-

to, as atividades relativas ao programa ocorrerão no próprio local de trabalho e as despesas correrão por conta das empresas e instituições. A seleção, o treinamento de monitores e o acompanhamento do processo pedagógico ficarão a cargo do governo.

Benedita destacou em seu parecer que no Brasil há aproximadamente 15 milhões de analfabetos adultos, cerca de 40% dos trabalhadores da indústria possuem, no máximo, o curso primário completo, en-

quanto menos de 20% concluíram o segundo grau.

- Neste quadro, portanto, torna-se fundamental a articulação do Estado com o setor produtivo, conforme as tendências internacionais, que se voltam, sobretudo, para o desenvolvimento técnico. No caso brasileiro, faz-se necessário, também, enfrentar o problema das deficiências do trabalhador no tocante aos conhecimentos típicos do ensino regular, a partir mesmo da alfabetização - salienta a senadora.

Escórcio defende seu projeto que cria figura do aprendiz bolsista

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) defendeu projeto de sua autoria que permite aos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços admitirem, sem quaisquer vínculos empregatícios e encargos sociais, adolescentes entre 12 e 18 anos de idade, na condição de aprendizes bolsistas. O senador disse que a única finalidade do projeto é submeter esses menores ao aprendizado de um ofício num local apropriado.

- O menor aprendiz, nas condições traçadas no projeto, fará jus a uma bolsa de aprendizagem, cujo valor será fixado em regulamento próprio, considerada a realidade econômica, social e cul-



Francisco Escórcio

tural de cada região, custeada pelo proprietário do estabelecimento - esclareceu.

Conforme o projeto, a formação profissional desses menores se sujeitará às seguintes exigências: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; e horário especial para o exercício das ativida-

des.

Francisco Escórcio também disse que ao aprendiz não será permitida a permanência em locais prejudiciais à sua saúde e ao seu desenvolvimento físico e moral. Ele explicou que a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) impõe muitas formalidades às empresas que queiram contratar menores, razão por que tem aumentado o número de adolescentes desocupados e marginalizados nos centros urbanos. Disse também que a falta de formação profissional se agrava no interior do País, onde é mais difícil o acesso a cursos profissionalizantes, como os propiciados pelo Senai, Senac e Senar.

JOBIM NO SENADO



O ministro Nelson Jobim (E), ao lado do presidente do Senado, José Sarney, presta depoimento em plenário

“Governo cumpriu decisão judicial em Serra Pelada”

Ministro da Justiça faz no plenário histórico detalhado da situação jurídica da área denominada Serra Leste, motivo de disputa entre garimpeiros e Cia. Vale do Rio Doce

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, afirmou ontem, no plenário do Senado, que o envio de tropas federais ao estado do Pará para realizar o despejo de garimpeiros que ocupavam área de lavra da Companhia Vale do Rio Doce, em Serra Pelada, deuse em estrito cumprimento a determinação judicial. O ministro foi convocado, por solicitação do senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), a prestar esclarecimentos sobre a atuação do governo federal na ação de despejo.

Na exposição feita antes de passar a responder a perguntas dos senadores, Nelson Jobim fez um histórico detalhado da situação jurídica da área denominada Serra Leste, conhecida como Serra Pelada, cuja concessão de lavra para exploração de minério de ferro foi outorgada à Amazônia Mineração em decreto de 1974. Em 1980, a empresa comunicou a ocorrência de ouro ao Departamento Nacional de Pesquisas Minerárias

(DNPM), sobre o qual obtve também o direito de exploração. Em 1981 a mineradora foi incorporada pela CVRD. Esta, em 1984, concordou com o desmembramento temporário de uma área de 100ha, onde se instalou o garimpo de Serra Pelada. O prazo final para a exploração pelos garimpeiros, conforme a Lei nº

7.194, deveria expirar em junho de 1988.

Desde então, esse prazo foi prorrogado inúmeras vezes, até que o último deles, 11 de fevereiro de 1992, foi mantido por decreto do mesmo mês e ano. Segundo o ministro, a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada em seguida entrou com mandado de se-

gurança junto ao Supremo Tribunal Federal, que decidiu pela legitimidade da posse da área pela CVRD. A série de conflitos e litígios que envolveram a estatal e os garimpeiros na região culminou, finalmente, com a obstrução da área pelos garimpeiros e a determinação do juiz de direito de Curionópolis de efetuar o despejo.

Conforme disse Nelson Jobim, a decisão judicial, de agosto de 1996, requisitava a Polícia Militar do estado do Pará para seu cumprimento, o que não ocorreu. Foi o mesmo juiz que, depois, em outubro, atendeu requisição da CVRD para que o Ministério da Justiça fosse acionado no cumprimento da ordem judicial.

- O Ministério da Justiça, o Exército e a Polícia Federal trabalharam exclusivamente nos limites do estado de Direito e deram execução estrita à ordem do juiz de direito de Curionópolis - assegurou Jobim.

Emília questiona trabalho infantil

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) perguntou ontem ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, que medidas o seu ministério e o governo estão adotando para coibir a exploração do trabalho infantil nos garimpos. Em resposta, Jobim disse que existe uma comissão do governo federal, com a participação de sua pasta e do Ministério do Trabalho, que já foi elogiada inclusive pelo Unicef, buscando formas de coibir essa situação.

LOBÃO

Por sua vez, o senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente da comissão instituída no Senado para examinar a questão dos garimpeiros em Serra Pelada, informou ao ministro Jobim que foram enviados dois ofícios ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro de Minas e Energia pedindo uma nova demarcação da área. No entanto, a solicitação sequer mereceu resposta por parte do governo, disse.

JOBIM NO SENADO

Jáder pede informações sobre papel do governo do Pará

Ministro responde que "havia certa insegurança no local" e não questionou governador sobre razões para descumprir decisão judicial

Na interpelação dirigida ao ministro Nelson Jobim, o senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento de convocação, quis saber qual foi o envolvimento do governo paraense na decisão de garantir o despejo dos garimpeiros de Serra Pelada e quais as razões que levaram o governo do Pará a não atender à determinação do juiz de Curionópolis de que se promovesse a desocupação da área. Em resposta, o ministro da Justiça relatou que manteve contato pessoal com o



Jáder Barbalho

governador, mas não o interpelou sobre as razões para o descumprimento da decisão judicial. "Havia uma certa in-

segurança no local, devido ao precedente de Eldorado dos Carajás", disse Jobim.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) perguntou se houve alguma tentativa de assegurar o interesse da Vale do Rio Doce através da Justiça Federal, ao que o ministro garantiu que não, pois a competência relativa a ações possessórias não a envolve. Para o senador, a exposição de Nelson Jobim respondeu juridicamente à questão para que foi convocado, "sem inflitir para o lado político".



Ademir Andrade

Ademir apela em favor dos garimpeiros

Ao sustentar que a defesa parlamentar dos garimpeiros de Serra Pelada não se ampara em interesse eleitoreiro, mas num propósito de justiça, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) indagou ontem do ministro da Justiça, Nelson Jobim, se em algum momento o governo procurou estudar a fundo a questão, a fim de descobrir quem estava com a razão na disputa por aquela área.

Ademir questionou a demarcação do garimpo e o direito da Companhia Vale do Rio Doce sobre a área reivindicada pelos garimpeiros. Reclamou também porque não houve nenhuma resposta do governo ao trabalho de comissões enviadas pela Câmara e pelo Senado para tentar sanar o conflito ali estabelecido.

Disse que os senadores que visitaram Serra Pelada sugeriram que o Exército fizesse a demarcação da área, mas o governo preferiu mandar as Forças Armadas para retirar os garimpeiros. Jobim disse que todas as ações do governo naquela região, desde 1984, se amparam em lei que reconhece que Serra Pelada está contida em área da Vale do Rio Doce, e lastimou que se tente politizar um fato que é simplesmente jurídico.

Ademir Andrade apelou ao ministro para que a companhia faça o projeto de matriz social prometido para ser realizado dentro do garimpo, pedindo ainda que os garimpeiros não sejam dali despejados com indenizações injustas.

Pedro Simon questiona privatização da Vale

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), destacando o prestígio, a credibilidade e a competência do ministro da Justiça, indagou de Nelson Jobim quais as garantias que o governo terá quando da privatização da Vale do Rio Doce. O senador defende que a privatização ocorra por setores da empresa.

Segundo Simon, todas as informações referentes ao subsolo nacional e suas riquezas estão há 50 anos sob a responsabilidade da Vale. Por isso, ele sugere que a empresa continue sendo responsável pelo setor de pesquisas minerais no País.

Em resposta ao senador, Nelson Jobim disse que o processo de privatização da Vale do Rio Doce observa uma série de cautelas e que o governo não vai perder o poder de voto. Segundo Jobim, no processo de privatização há também garantias para a participação nas explorações futuras.



Pedro Simon

CAFETEIRA

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) disse ao ministro Nelson Jobim que foram alterados os "marcos" para tirar Serra Pelada dos garimpeiros e pediu justiça para o caso. Jobim lembrou que já há decisões judiciais sobre Serra Pelada e que seu ministério apenas cumpre essas decisões.

- Nem sempre uma sentença é justa e a decisão é correta - observou Cafeteira.

AMORIM

Já o senador Ernandes Amorim (RO) lamentou que os garimpeiros estejam sendo vistos, inclusive fora do



Epitácio Cafeteira

País, como bandidos e responsáveis pela depredação da Amazônia. Ele pediu que o governo envie o serviço de engenharia e topografia do Exército para fazer nova demarcação da área.

Segundo o senador, "ninguém está vendo o lado dos garimpeiros na questão", uma vez que a Constituição de 1988 garantiu à categoria a exploração da área. Jobim, mais uma vez, destacou que não cabe a seu ministério julgar questões judiciais e sim cumpri-las, de acordo com um Estado democrático.

JOBIM NO SENADO

Suplicy questiona sobre distribuição de renda

Em resposta ao senador paulista, ministro da Justiça afirma que avaliação a respeito dos ganhos sociais obtidos pela população brasileira é extraordinária

SINTONIZE A TV SENADO

Agora você pode acompanhar, dia a dia, todo o trabalho do Senado Federal, atento ao que se passa nas comissões e nas sessões plenárias, transmitidas ao vivo e em seguida em várias repetições. Basta sintonizar a TV Senado, pela operadora de TV a cabo da sua cidade. A TV Senado está no ar diariamente, de segunda a sexta-feira, das 9:30 da manhã até zero hora e 30 minutos. Aos sábados e domingos, a programação da TV Senado vai das 10 às 18 horas. Acompanhe o desempenho do senador do seu estado e forme você mesmo sua própria opinião. Sem intermediários.

Cidade	Operadora	Canal
Anápolis (GO)	Net	33
Arapongas (PR)	Net	35
Bagé (RS)	Net	16
Bauri (SP)	Multicanal	39
Belo Horizonte (MG)	Multicanal	41
Belo Horizonte (MG)	Cabo Total	8
Bento Gonçalves (RS)	Net	11
Brasília (DF)	Net	53
Campo Grande (MS)	Multicanal	14
Catanduva (SP)	Net	3
Caxias do Sul (RS)	Multicanal	8
Chapeco (SC)	Net	3
Concórdia (SC)	Net	21
Criciúma (SC)	Net	17
Cruz Alta (RS)	Net	7
Curitiba (PR)	Net	35
Erechim (RS)	Net	23
Farroupilha (RS)	Multicanal	14
Florianópolis (SC)	Multicanal	43
Fortaleza (CE)	RTC	45
Franca (SP)	Net	9
Goiânia (GO)	Multicanal	14
Jaraguá do Sul (SC)	Net	21
Joaçaba (SC)	Net	21
Joinville (SC)	Net	18
Jundiaí (SP)	Net	5

Cidade	Operadora	Canal
Lages (SC)	Net	21
Londrina (PR)	Net	35
Novo Hamburgo (RS)	Net	5
Passo Fundo (RS)	Net	18
Pelotas (RS)	Net	18
Piracicaba (SP)	Net	30
Porto Alegre (RS)	Net	17
Ribeirão Preto (SP)	Multicanal	14
Ribeirão Preto (SP)	Net	14
Rio de Janeiro (RJ)	Net	35
Rio de Janeiro (RJ)	Rio Cabo	40
Rio Grande (RS)	Net	12
São José do Rio Preto (SP)	Multicanal	14
Santa Cruz do Sul (RS)	Net	48
Santa Maria (RS)	Net	47
Santos (SP)	Multicanal	14
São Carlos (SP)	Net	6
São Paulo (SP)	Multicanal	14
São Paulo (SP)	TVA (a cabo)	63
São Paulo (SP)	Net	53
São Paulo (SP)	TVA-MMDS	66
Sorocaba (SP)	Multicanal	8
Uberlândia (MG)	Net	8
Umuarama (PR)	Net	35
Uruguaiana (RS)	Net	7

Referindo-se ao direito que todos os brasileiros têm de usufruir igualmente as riquezas nacionais, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou do ministro da Justiça, Nelson Jobim, quando o governo assegurará a todos os cidadãos um usufruto mínimo da renda nacional.

Jobim respondeu que, ao final de dois anos de governo, sua avaliação sobre os ganhos sociais da população brasileira é extraordinária. Exemplo disso, acrescentou, é que o governo de Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro a ter a coragem de enfrentar a questão dos desaparecidos políticos do regime militar.

O ministro afirmou também que nenhum outro governo regularizou tanta terra indígena como fez o atual, mencionando ainda como conquistas sociais a estabilização da moeda propiciada pelo Plano Real, mudanças na política econômica, respeito aos direitos humanos e a intermediação do governo em diversos conflitos, como o que envolvia Rondônia e Acre.

O senador Eduardo Suplicy lembrou então a Jobim que, há cinco anos, defende um projeto destinado a garantir uma renda mínima para os brasileiros sem condições de subsistência, questionando por que o governo não apóia a iniciativa. Ele disse que a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara acaba de deixar a deliberação final dessa matéria para o próximo ano. E pediu que Jobim acompanhe o andamento desse projeto, acrescentando que ele se relaciona com toda a riqueza produzida no País.



Suplicy

E em todo o País para os usuários do sistema Direct-to-Home, da TVA.

CPI dos Títulos Públicos ouve BC

Diretores do Banco Central reafirmam soberania do Senado ao autorizar emissão e informam que parte das investigações sobre irregularidades estão em fase de conclusão

O Banco Central é mero assessor técnico da decisão, soberana do Senado Federal, de autorizar estados e municípios a emitirem títulos para pagamento de precatórios. A fiscalização sobre como os recursos gerados pela emissão são utilizados compete, por sua vez, aos tribunais a que estados e municípios estão jurisdicionados.

Estes foram os principais pontos destacados ontem nos depoimentos de três diretores do BC perante a CPI que apura irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, nos exercícios de 1995 e 1996: Francisco Lopes (Política Monetária), Cláudio Mauch (Fiscalização) e Paolo Zaghen (Reestruturação do Sistema Financeiro Estadual, Municipal e do Distrito Federal).

Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a comissão convocou os diretores para depor sobre os resultados das investigações que estão sendo feitas pelo BC nas operações realizadas com títulos estaduais e municipais. Quan-



Presidida por Cabral, a CPI reuniu-se ontem para ouvir os depoimentos de três diretores do BC

to aos resultados, Cláudio Mauch disse que as investigações encontram-se em fases diferenciadas, sendo que algumas delas estarão concluídas nos próximos dias.

Para o relator da CPI, senador Roberto Requião (PMDB-PR), o BC não examina a legitimidade dos documentos apresentados por governadores e prefeitos relativos a precatórios anteriores a 1988, único caso previsto pela Constituição em que é admitida a emissão de títulos de dívida pública. Segundo Francisco Lopes, essas autoridades são dotadas

de fé pública, não cabendo "a um funcionário do Banco Central ou a um assessor do Senado contestar suas declarações".

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) quis saber se governadores e prefeitos têm de demonstrar ao BC como serão aplicados os recursos da emissão autorizada. Francisco Lopes salientou que a Resolução 69, do Senado Federal, é explícita ao fixar que a emissão só é permitida para pagamentos de precatórios anteriores a 1988. Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Eduardo Su-

policy (PT-SP) ressaltaram a necessidade de aperfeiçoar a resolução do Senado, com o que os três diretores do BC concordaram e se dispuseram a colaborar nesse aperfeiçoamento.

Para evitar exploração política, o senador Epietácio Cafeteira (PPB-MA) obteve dos diretores a confirmação de que a emissão autorizada à prefeitura de São Paulo foi em 1994, fora dos exercícios investigados pela CPI.

A CPI também aprovou o plano de trabalho apresentado pelo senador Roberto Requião.

Brindeiro e Vilaça visitam José Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem visitas de cortesia do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) e do procurador-geral da República. Tanto o ministro Marcus Vilaça quanto o chefe do Ministério Público Federal, Geraldo Brindeiro, explicaram os encontros como "visitas de final de ano".

Brindeiro destacou ainda que aproveitou a oportunidade para agradecer ao presidente Sarney todo o apoio que os procuradores vêm tendo na acolhida pelo Legislativo de projetos importantes para essa categoria de servidores públicos.

Benedita quer que pequenas empresas participem das decisões do Sebrae

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) dirigiu ontem apelo ao governo federal para que edite medida provisória visando a permitir a participação de representantes das micro e pequenas empresas no Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, já que, com o veto a um artigo do projeto de lei de conversão da MP sobre esse colegiado, as micro e pequenas empresas não

poderão ter representantes no órgão.

Para a senadora, a proposta do ministro-chefe do Gabinete Civil, Clóvis Carvalho, de o governo enviar um projeto de lei sobre o assunto, é "uma protelação", considerando que a lei que criou o órgão já prevê essa participação. "O que está por trás do veto presidencial?", indagou a senadora.

- Não quero fazer guerra entre as empresas, mas as grandes confederações -

CNI, CNA e CNC - não estão permitindo que as pequenas e microempresas tenham acesso ao seu próprio órgão representativo - afirmou.

Segundo Benedita da Silva, "se o presidente Fernando Henrique Cardoso não corrigir essa injustiça é preciso derrubar esse veto, porque o governo não pode vetar essa ou aquela empresa de participar de seu órgão representativo".

Senado decide sobre dívida dos estados

Acordo prevê que até o dia 20 de dezembro todos os protocolos assinados e os que puderem ser concluídos serão levados a plenário. Débitos acumulados atingem 136 bilhões de reais

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou ontem que vai retirar o pedido de urgência para a apreciação de projeto de resolução que apresentou com vistas a permitir ao governo negociar diretamente com os estados os empréstimos a eles concedidos no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

A decisão faz parte de acordo formalizado na manhã de ontem durante reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado com a comissão especial destinada a analisar o endividamento dos estados. Os membros das comissões estavam preocupados com as repercussões da medida que retiraria até 1º de dezembro de 1997 a competência constitucional do Senado de examinar e aprovar operações de crédito dos estados, dentro do referido programa.

Pelo acordo, os líderes e aliados do governo, bem como os representantes da oposição, acertaram que o Senado irá apreciar até o dia 20 de dezembro todos os protocolos já assinados e os que puderem ser concluídos pelo governo e pelos estados até a próxima terça-feira (dia 17).

- Não há nenhum intuito do governo federal de forçar a aprovação em regime de urgência desse projeto - disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, que compareceu à reunião para prestar esclarecimentos.

Conforme explicou o secretário, já estão com os protocolos assinados os estados do Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo. Goiás, Espírito Santo,



O secretário Pedro Parente, da Fazenda, informou os senadores sobre as negociações com os estados

Rondônia, Mato Grosso, Paraíba e Rio Grande do Norte estão com as negociações concluídas e os estados do Rio de Janeiro e Alagoas deverão concluí-las antes do prazo final.

ALONGAMENTO

Pedro Parente informou que os protocolos ora em discussão representam tão-somente pré-acordos firmados entre os estados e o governo federal. Segundo afirmou, esses documentos só passam a ter peso jurídico de contrato se tiverem as habilitações e condições necessárias exigidas pelo Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos

Estados.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda entendeu que o refinanciamento da dívida vai tirar da inadimplência os estados endividados. Conforme explicou, o estoque da dívida acumulada dos estados é da ordem de R\$ 136 bilhões. As negociações, segundo disse, pretendem proporcionar o alongamento dos prazos de pagamento, a redução dos juros e dos níveis de comprometimento da receita líquida com serviço da dívida e a regularização dos pagamentos da dívida mobiliária.

Os senadores Eptácio Cafeteira (PPB-MA), Carlos Be-

zerra (PMDB-MT), Sérgio Machado (PSDB-CE), Humberto Lucena (PMDB-PB), Elcio Alvares (PFL-ES), Gerson Camata (PMDB-ES), Jefferson Peres (PSDB-AM), Francellino Pereira (PFL-MG), Ramez Tebet (PMDB-MS), Geraldo Melo (PSDB-RN), Levy Dias (PPB-MS), Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Romeu Tuma (PSL-SP) questionaram o secretário executivo para saber da avaliação que ele fazia das vantagens e desvantagens da rolagem das dívidas e, também, se os empréstimos iriam mesmo terminar com a insolvência dos estados devedores.

Preceito constitucional será cumprido

Falando como presidente da comissão especial que analisa o endividamento dos estados, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) considerou acertada a decisão de retirar-se o pedido de urgência para o projeto. Dessa forma, segundo o senador, a Casa irá cumprir o preceito constitucional de

analisar caso a caso os protocolos já assinados, que irão, conforme frisou, solucionar o grave problema dos estados.

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, por sua vez, informou que a CAE vem há mais de dois anos tratando do endividamento dos estados.

Segundo disse, durante esse período diversos secretários de estados, ministros e governadores deram depoimentos e fizeram exposições sobre o tema. "O que todos querem, em última análise, é a redução do custo do valor da dívida e o alongamento dos prazos", garantiu o senador.

Cedesen acelera treinamento de servidor

Só neste ano foram oferecidos cursos a 1.960 funcionários, mais que o dobro dos 765 treinados em 1995. Diretor destaca empenho da Primeira Secretaria em aperfeiçoamento

O Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal (Cedesen) acelerou suas atividades neste último biênio, conforme relatório distribuído ontem pela Primeira Secretaria. No biênio 95/96, foram treinados pelo Cedesen 2.765 servidores, contra 1.219 do biênio anterior. A intensificação do treinamento vem ocorrendo também de ano para ano. Em 1996 foram treinados 1.960 servidores, mais do que o dobro dos 765 de 1995.

O diretor do Cedesen, Raimundo Pontes Cunha Neto, atribuiu essa aceleração ao fato de a Primeira Secretaria ter priorizado no seu plano de ação o treinamento e aperfeiçoamento dos servidores. Aliado a isso identificou outro fator importante na agilidade administrativa da Primeira Secretaria, que tem aprovado os projetos de cursos de trei-

namento com rapidez.

O primeiro secretário, senador Odacir Soares (PFL-RO), destacou a organização da área de treinamento. A agilidade na aprovação



Odacir: Demanda cresce

dos projetos leva os servidores a sugerir a realização cada vez mais intensa de cursos. Essa demanda maior permitiu a implantação de um calendário anual de eventos. Isso abriu a oportunidade da divulgação antecipada e intensa de cada atividade, o que por sua vez aumenta o interesse dos servidores pelos cursos.

Outra diretriz importante, conforme o primeiro secretário, foi o ajuste dos cur-

sos de treinamento e aperfeiçoamento à realidade do Senado Federal. Os servidores de cada área foram convidados a indicar os cursos que mais lhes interessavam, e essas indicações vêm sendo obedecidas pelo Cedesen. Assim, os servidores passaram a ter nos cursos do Cedesen a solução reclamada para os seus problemas profissionais imediatos.

A adequação dos cursos à realidade do dia-a-dia dos servidores trouxe resultados surpreendentes. Surgiram cursos em áreas novas de interesse, caso da área de Língua Portuguesa, que ocupou 20% do total de inscritos em todos os cursos; Processo Legislativo, com 15%; e Orçamento, com 10%. Essas eram áreas que não vinham recebendo maior atenção do Cedesen, por causa da falta de informações sobre o interesse que despertavam.

O uso de técnicas e tecnologias mais avançadas para a administração dos cursos também foi aponta-

do pelo senador Odacir Soares como responsável pelo interesse crescente dos servidores pelos cursos do Cedesen. Os cursos de Português são um exemplo disso. Um deles, intitulado Oficina de Redação, reunindo servidores de uma mesma área numa mesa de trabalho, em vez de sala de aula, avalia os textos realizados pelos próprios alunos no dia-a-dia de seus trabalhos. Também foi ministrado um curso de Português através da rede de microcomputadores do Senado. A avançada tecnologia usada impossibilitou conhecer o número de servidores que acessaram esse curso, mas o Cedesen calculou que cerca de 2 mil deles colecionaram todas as aulas, transmitidas três vezes por semana.

O recurso às novas técnicas e tecnologias, somado à participação crescente de servidores, foi responsável, segundo o senador Odacir Soares, por outro resultado expressivo: de 95 para 96, o custo *per capita* dos cursos, ao invés de aumentar, diminuiu.

Suassuna anuncia candidatura de Iris Rezende

O senador Iris Rezende (GO) é o candidato oficial do PMDB à presidência do Senado, anunciou ontem, em plenário, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), após participar de reunião da bancada do partido. Ele informou que "o senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), numa atitude de causar inveja a qualquer cidadão, declinou de sua candidatura em favor de Iris Rezende".

- Conclamo todos os companheiros a votar em Iris - pediu Suassuna, afirmando que o partido está preparado para disputar a eleição porque, além de ser majoritário na Casa, "na disputa pelo cargo tem aliados suficientes para vencer no voto". Conforme o senador pela Paraíba, desde 1946, houve disputa pela presidência da Casa em apenas três ocasiões.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ci-



Ney Suassuna

tou um fato ocorrido na Seleção Brasileira, comandada à época pelo técnico Vi-

cente Feola, numa disputa da Copa do Mundo. Segundo o senador, Feola passava as instruções técnicas aos atletas quando o jogador Garrincha perguntou: "Vocês já combinaram com os adversários?" Cabral, então, indagou: "Já combinaram com o Antonio Carlos Magalhães?"

Josaphat pede manutenção da Ceplac e da Codevasf

Senador destaca importância do trabalho que as duas empresas estatais executam e recebe o apoio de Francelino Pereira

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) voltou a alertar ontem o plenário sobre os riscos da extinção de empresas estatais como a Ceplac (órgão de apoio à cacauicultura) e a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Ele afirmou que, se um órgão não executa bem suas tarefas, deve ser revisto e modificado, mas não extinto.

Josaphat observou que retomava o assunto "para evitar surpresas durante o recesso parlamentar", e disse que não se tem notícia de mudança de atitude do governo em sua intenção de extinguir estatais.

Para o senador, a notícia de extinção da Codevasf foi estardalada, sobretudo porque, no Plano de Metas, o governo havia anunciado, em meados deste ano, atividades de proteção ao rio São Francisco, de desenvolvimento da irrigação, de reforço da economia da região.



Josaphat Marinho

- A Codevasf é exatamente a companhia que desenvolve atividades de proteção da região. Por intermédio dela é que os serviços previstos no plano deverão ser preferencialmente executados. Se assim é, como se pensar na extinção? - questionou.

Sobre a Ceplac, Josaphat destacou que o órgão cresceu de importância depois que o governo, há cerca de dois anos, anunciou um programa de recuperação da lavoura e previu para a empresa atividades especiais de assistência técnica. Josaphat acrescentou que o programa não vem sendo executado como previsto, mas

que, de qualquer forma, está em andamento.

- Com isso, a Ceplac tem a oportunidade de prestar um serviço que pode ser relevante à lavoura cacauzeira - sustentou o senador, para depois informar que, com a crise no setor, muitos produtores estão empobrecendo e outros abandonam suas propriedades.

Josaphat criticou também a intenção do governo de extinguir a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), quando o próprio governo se diz preocupado com problemas de abastecimento, de aumento da produção agrícola, de formação e regulação de estoques.

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) referiu-se à difícil situação da Ceplac, e afirmou que a Codevasf "é um órgão que presta um serviço inestimável a uma região do norte de Minas Gerais".

Odacir apela a ministro para que não haja demissão

O senador Odacir Soares pediu ao ministro da Agricultura, Arlindo Porto, que desenvolva esforços no sentido de impedir a demissão de funcionários da Ceplac em Rondônia. Conforme explicou, a Medida Provisória nº 1.522 permite que sejam demitidos 90 dos 223 funcionários do órgão, contratados depois de 5 de outubro de 1983.

- A concretização dessa medida provisória, seguramente, inviabilizará grande parte do programa de fortalecimento da cacauicultura da Amazônia Ocidental que a Superintendência da Ceplac na região vem implementando nos últimos anos - afirmou o senador.

Segundo Odacir Soares, a Ceplac, que dispõe de tecnologia apropriada para a recuperação dos cacauais semi-abandonados e infectados pelo fungo causador da vassoura-de-bruxa, se propôs a retomar as ações de assistência técnica e extensão rural, com o lançamento, em abril deste ano, do Plano de Recuperação da Lavoura Cacauzeira de Rondônia.

Na opinião de Odacir Soares, essas providências são indispensáveis para socorrer os produtores da região, que, a seu ver, se encontravam desestimulados pelas adversidades que atingiram a lavoura cacauzeira e pelos altos custos do crédito rural.

- O referido plano objetiva recuperar 30 mil hectares de cacauais, nos próximos três anos, com a participação de 4 mil famílias de produtores rurais - afirmou Odacir Soares, ao informar que enviou ofício ao ministro Arlindo Porto para alertá-lo sobre "os efeitos perversos da Medida Provisória nº 1.522".



SENADO RECEBE VISITA DO CONTROLADOR-GERAL DO PARAGUAI

O controlador-geral da República do Paraguai, Daniel Fretes Vente, visitou ontem o Senado, onde foi recebido pelo presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, senador Edison Lobão (PFL-MA). Na oportunidade, ambos conversaram sobre os procedimen-

tos de auditorias uniformes nas áreas de meio ambiente e alfândega. Segundo o senador, o controlador Daniel Fretes Vente (cargo correspondente ao de presidente do Tribunal de Contas brasileiro) demonstrou interesse em conhecer aspectos da fiscalização no Brasil.

Júlio Campos solidariza-se com Timor

Senador critica Nações Unidas por não adotar sanções contra a Indonésia e lembra que os resultados foram bem diferentes quando a ONU tomou atitudes enérgicas contra o Iraque

Emília Fernandes destaca movimento no País em favor dos direitos humanos

A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de organizações não-governamentais e do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em favor dos direitos humanos foi destacada ontem pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS). Ela disse que os dirigentes do País devem refletir sobre essa mobilização, que "leva à transformação da sociedade, buscando torná-la mais justa e priorizando



Emília

o ser humano".

Reportando-se à comemoração, na terça-feira (dia 10), do Dia Mundial dos Direitos Humanos, Emília Fernandes acentuou que o mundo vive um momento muito grave, onde a Declaração

Universal dos Direitos do Homem, promulgada na década de 40, foi esquecida pela sociedade moderna. "No mundo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) manifesta preocupação com o desemprego de 1 bilhão de pessoas. No Brasil, o desrespei-

to ao que reza a Declaração começa pela pior distribuição de renda constatada entre todos os países", alertou.

- A concentração de renda verificada no Brasil alija pessoas do direito à alimentação, moradia, educação, saúde e cultura - disse Emília Fernandes, citando a violência, a exploração sexual de menores, a mortalidade infantil, o trabalho escravo e o desemprego como exemplos da má condução da política de direitos humanos no País, apesar da estabilidade econômica.

O senador Júlio Campos (PFL-MT) classificou como "verdadeiro genocídio" a ação da Indonésia sobre o Timor



Júlio Campos

Leste, lamentando a "inutilidade" das resoluções das Nações Unidas, que obrigam a retirada das tropas comandadas pelo país invasor. Ele elogiou a disposição do presidente Fernando Henrique Cardoso em lutar diplomaticamente pela autonomia do Timor Leste, mas lastimou a indiferença dos outros países.

- Curiosamente, o mundo vem-se mantendo indiferente ao drama vivido por aquele povo irmão. Os próprios países da comunidade de língua portuguesa estão em falta com o Timor Leste. As próprias Nações Unidas também fazem de conta que nada acontece. Não promovem sanção capaz de obrigar o cumprimento de suas resoluções - disse o senador.

Júlio Campos lembrou que há bem pouco tempo os resultados foram diferentes quando a ONU tomou atitudes enérgicas contra o Iraque. "Está vivo em nossa lembrança o rigor com que o Iraque foi tratado na hora de se aplicarem as resoluções do organismo internacional. Por que dois pesos e duas medidas?", questionou.

O senador elogiou a concessão do Prêmio Nobel da Paz a dois ativistas da autodeterminação do Timor Leste - o bispo Ximenes Belo e o jornalista José Ramos Horta -, mas disse que a concessão desse prêmio não é suficiente para deter a violência da Indonésia contra aquele país. Campos acrescentou que a ação de FHC em favor da autodeterminação desse país terá sempre o apoio do Congresso brasileiro.



BANCADA FEMININA MANIFESTA SOLIDARIEDADE A BENEDITA

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) recebeu ontem, em seu gabinete, o apoio da bancada feminina do Congresso (foto), em repúdio às declarações do novo presidente do Conselho Nacional do Sebrae, Pio Guerra. Na

ocasião, foram entregues flores e um manifesto à senadora, com a presença de deputadas e senadoras do Congresso Nacional.

- É lamentável que ainda tenhamos, no nosso País, manifestações preconceituosas

como esta de que foi alvo a senadora Benedita da Silva. Declarações desta natureza empobrecem o processo de democratização e enodoam a pluralidade de origens da qual somos feitos - diz o manifesto de apoio à senadora.

Benedita tem projeto para combater fome

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) anunciou ontem que apresentará, ainda esta semana, projeto sobre segurança alimentar, que ela pretende seja "um instrumento nas mãos do Congresso Nacional".

- Precisamos transformar nosso discurso numa prática. Se não temos ações concretas, não temos os direitos humanos como prioridade - sustentou a senadora, ao lembrar o 48º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, comemorado no dia 10.

Benedita disse que, com o projeto, associava-se às agências e órgãos que têm tido como prioridade o combate à fome e à miséria. Destacou ainda que o aniversário da Declaração é uma data importante para que o País avalie em que situação está em relação ao respeito aos direitos humanos e lembrou que o Brasil enfrenta muitos conflitos sociais e raciais.

- Temos que criar parcerias possíveis para garantir que os direitos humanos não sejam só uma ação governamental ou de organizações não-governamentais, mas uma luta do cotidiano de todos os brasileiros - frisou.

Para Benedita, se a educação for tratada no âmbito da questão dos direitos humanos, a situação social do País mudará, o que acontecerá também, a seu ver, se forem modificadas as relações raciais.

Lobão quer saber quem é realmente sem-terra

Ao sugerir que se assegure terra aos camponeses que "queiram cultivá-la", senador defende respeito às decisões da Justiça

A existência de "elementos profissionais" entre os sem-terra que tumultuam o processo de reforma agrária deve ser apurada com rigor caso se queira realmente resolver o problema rural no Brasil. A afirmação foi feita ontem pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), ao sugerir uma reformulação na política fundiária capaz de assegurar terra para os camponeses que "realmente queiram cultivá-la".

Segundo o senador, não se pode tolerar a invasão de terras produtivas nem o desrespeito, por trabalhadores ou fazendeiros, às decisões da Justiça. Ele informou que recebeu manifestação da Associa-



Edison Lobão

ção dos Criadores do Estado do Maranhão, "que, ao contrário do que alguns pensam, são favoráveis à reforma agrária justa e dentro da lei e da ordem".

A manifestação, segundo Lobão, decorre do fato de ele sempre ter tido "excelente"

convivência com as lideranças dos sem-terra maranhenses quando foi governador do seu estado e encontrou boas soluções entre trabalhadores rurais e proprietários, em diversos conflitos.

Edison Lobão disse ainda acreditar na capacidade da administração do Inbra para resolver o impasse fundiário, mas ressaltou que não é só a reforma agrária que irá resolver o problema. "O camponês assentado necessita de amplo apoio para iniciar suas atividades, nele incluída a assistência educacional, à saúde, a técnica e outras capazes de fixá-lo", acrescentou.

Amorim defende apoio à Fenagro

O senador Ernandes Amorim (RO) defendeu maior apoio à Feira Nacional da Agricultura (Fenagro), em razão da importância que o evento vem adquirindo. Ele informou que a feira, realizada este ano no Parque de Exposições Agropecuárias de Salvador, contou com a participação de 16 estados da Federação e a presença de seis secretários de Agricultura e várias

delegações de países do Mercosul, "o que demonstra o interesse que vem despertando em nível internacional".

Amorim registrou a homenagem que a Associação Baiana de Criadores (Abac) prestou a ele e a outras personalidades, entre as quais o ministro da Agricultura, Arlindo Porto, o governador da Bahia, Paulo Souto, secretários de estado da Bahia, deputados estaduais e federais.



Ernandes Amorim

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, LEVY DIAS, ERNANDES AMORIM E NEY SUASSUNA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Heijval Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal